

**“EU NEM CHEGUEI AINDA AONDE EU QUERO CHEGAR”: MULHERES DO CAMPO E A REINVENÇÃO DE HISTÓRIAS POR MEIO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS.**

Mariana de Lima Campos<sup>1</sup>

**RESUMO**

As perspectivas de luta das mulheres do campo nem sempre tiveram visibilidade, algo que mudou progressivamente, principalmente por meio de seus processos de mobilização e organização em direção a mudanças sociais. Este trabalho tem o intuito de evidenciar os processos de auto-organização das mulheres rurais como instrumentos de socialização, fortalecimento e tomada de consciência frente aos processos de opressão, desigualdade e invisibilidade a que se veem submetidas. Por meio da metodologia de História Oral, é apresentada parte do relato da vida de uma mulher do campo, moradora de uma comunidade rural remanescente de quilombo do Vale do Jequitinhonha de Minas Gerais. A partir de sua história de vida e trajetória de participação em movimentos sociais, discute-se como as mulheres rurais vêm reinventando suas histórias ao longo dos últimos anos por meio de diferentes formas organizativas, vivenciando processos de empoderamento, desafiando padrões sociais e alcançando paulatinamente o reconhecimento de seus direitos e demandas específicas. O trabalho advém de uma pesquisa já finalizada, que objetivou a reconstrução e análise das trajetórias de vida, de lutas e de trabalho com a terra de um grupo de mulheres do campo de Minas Gerais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres do campo; Movimentos de mulheres do campo; Empoderamento.

**INTRODUÇÃO**

As perspectivas de luta das mulheres do campo nem sempre tiveram visibilidade, algo que mudou progressivamente, principalmente por meio de seus processos de mobilização e organização em direção a mudanças sociais.

Este texto<sup>2</sup> tem o intuito de evidenciar processos de auto-organização das mulheres rurais como instrumentos de socialização, fortalecimento e tomada de consciência frente aos processos de opressão, desigualdade e invisibilidade as quais muitas se veem submetidas.

O trabalho advém da pesquisa já finalizada “Mulheres do Campo de Minas Gerais: trajetórias de vida, de lutas e de trabalho com a terra”, realizada pela Fundação João

---

<sup>1</sup> Mestra em Administração Pública pela Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro (EG/FJP). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: marianalcampos@gmail.com.

<sup>2</sup> O resumo deste trabalho foi apresentado no XII Encontro Regional Sudeste de História Oral, Belo Horizonte, 2017.

Pinheiro (FJP) e Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais (SEDA) (2015-2017)<sup>3</sup>. Esta pesquisa objetivou a reconstrução e análise das trajetórias de vida, de lutas e de trabalho com a terra de um grupo de mulheres do campo de diferentes regiões do estado, envolvidas com entidades que compõe a Articulação de Mulheres do Campo de Minas Gerais, tomando percursos individuais como objeto de estudo.

Fez-se o uso da metodologia de história oral por meio da qual foram realizadas entrevistas individuais temáticas com doze mulheres do campo, produzindo fontes históricas orais. Neste trabalho é apresentada parte do relato da vida de uma destas mulheres, moradora de uma comunidade rural remanescente de quilombo da região do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, no que se refere à sua trajetória de lutas e de participação em movimentos sociais.

Considerando que a história oral e a história de mulheres possuem aproximações, no sentido de resgate de histórias “ocultadas” (SALVATICI, 2005), compreende-se que seu uso permite que reconheçamos a partir das experiências de vida desta mulher do campo, por meio de suas narrativas, a história de luta e resistência de muitas outras mulheres rurais perante processos de opressão e desigualdade, normalmente invisibilizadas pela “história oficial”.

O cotidiano vivenciado não só por nossa entrevistada, mas por grande parte das mulheres do campo, perpassa pela sobrecarga de trabalho no sol a sol da roça - na lida com os animais, com o pomar e com a horta - no cuidado com os filhos, casa, roupas, comida e demais tarefas cotidianas, calcada em uma institucionalidade dominante e relações de poder baseadas nas hierarquias de gênero que frequentemente as distanciam das possibilidades de participação nas decisões que afetam suas vidas na esfera pública. Tais experiências de vida atrelam-se a um recorrente não reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais, à falta de autonomia econômica e acesso efetivo à titularidade da terra, às políticas existentes de crédito, assistência técnica, apoio e incentivos para a produção por meio da agricultura familiar em um contexto de precariedade de infraestrutura no meio rural brasileiro que se refere ao acesso a

---

<sup>3</sup> A referida pesquisa é fruto de uma das demandas da Articulação de Mulheres do Campo de Minas Gerais (AMC) ao governo do Estado de Minas Gerais, em que reivindicavam o desenvolvimento de um estudo sobre a realidade das mulheres do campo de Minas Gerais a partir do diálogo com movimentos sociais, organizações e redes que representam estas mulheres. A SEDA/MG, em resposta a esta demanda, estabeleceu uma parceria com o Grupo de Pesquisa “Estado, Gênero e Diversidade” (EGEDI) da Fundação João Pinheiro para o desenvolvimento da pesquisa que se desdobrou em duas frentes: a construção de um retrato inicial da situação socioeconômica das trabalhadoras rurais em Minas Gerais a partir da análise de dados quantitativos secundários e, a construção de uma biografia coletiva intitulada “Mulheres do Campo de Minas Gerais: trajetórias de vida, de lutas e de trabalho com a terra” (AMORIM, 2017), com mulheres indicadas pela AMC em diferentes regiões do estado, como forma de subsidiar políticas públicas que se voltem às reais necessidades das mulheres do campo de Minas Gerais.

políticas públicas e serviços básicos. As situações de desigualdade vivenciadas impactam nas formas de atuação das mulheres rurais no âmbito da própria família, da produção e em espaços de participação política, incidindo na garantia de muitos dos seus direitos de cidadania.

O resgate da memória e de histórias pode ser percebido como uma ação de justiça e reconhecimento em uma sociedade patriarcal que silencia constantemente a atuação e protagonismo de diferentes mulheres (MATOS, 2017). Neste sentido, é possível evidenciar como tem se dado a resistência de mulheres rurais às diferentes formas de desigualdade e opressão patriarcal por meio de suas lutas cotidianas que se mostram invisibilizadas na esfera privada, e destacar como reinventam suas histórias ao adentrar no mundo público por meio de diferentes formas organizativas, onde se abrem possibilidades para a busca do estabelecimento de processos de empoderamento, desnaturalização de padrões sociais e um alcance paulatino do reconhecimento de direitos.

Além desta introdução e considerações finais, o trabalho está estruturado em três seções. Parte-se de uma reflexão geral sobre a realidade de vida de muitas mulheres do campo no meio rural, por meio de uma discussão sobre trabalho, gênero, relações de poder e o papel da ação coletiva como estratégia de reinvenção de vida e das relações sociais. Em um segundo momento discute-se a relevância de situarmos histórias individuais, tal como a que buscamos apresentar, enquanto parte de uma história coletiva, destacando-a enquanto facilitadora de novas experiências de resistência e emancipação no meio rural. Por fim, discute-se brevemente como mulheres do campo vêm avançando no exercício de sua autonomia, no alcance de direitos e na construção de sua cidadania por meio da organização social.

## **MULHERES DO CAMPO E SUA REALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL**

Em uma pequena comunidade remanescente de quilombo, localizada na zona rural, a cerca de 18km de uma cidade do interior do estado de Minas Gerais, na região do Vale do Jequitinhonha, nordeste mineiro, vive uma mulher negra, produtora rural e mãe de três filhos. Filha de lavradores rurais, nossa entrevistada, hoje com 42 anos, aprendeu cedo a lidar com a terra, dedicando-se a ela durante toda a sua vida. Além de atividades esporádicas em lavra garimpeira, trabalha em seu quintal, com a criação de pequenos animais e com o cultivo de uma diversificada lavoura de subsistência às margens do Rio Jequitinhonha.

A riqueza da terra é valorizada em contraste com a escassez de água da região, uma questão que, juntamente com o desmatamento, impede o desenvolvimento das

plantações, limita o trabalho e as condições de vida no campo, se constituindo hoje como um dos principais desafios enfrentados por ela e demais moradores da comunidade.

A gente enfrenta muitas dificuldades! A gente vê a terra, tem vontade de trabalhar e não pode. Tem a água, tem a terra e não tem como tirar a água de um lado e trazer pro outro, pra poder molhar a terra. Não está chovendo igual chovia antes. Se estivesse chovendo, molhando a terra, não faltaria nada pra gente produzir. Porque a terra produz tudo que a gente planta. Principalmente, essa aqui: tudo que a gente planta produz. Só falta molhar. Essa é a principal dificuldade, inclusive, pra se manter na terra. Acho que é a dificuldade de muitas mulheres. [...] A vontade que temos é ter uma irrigação, pra poder mexer com a terra todo dia, pra poder trabalhar. Isso é difícil. Nós não temos condições de comprar as máquinas, pelo menos uma bomba e um motor. Infelizmente, não temos como e nem apoio. E, se conseguirmos isso, a nossa energia não aguenta. Só de tomar banho, a lâmpada fica fraca. É muito fraquinha a energia. Se ela não dá conta direito nem das lâmpadas, nem do chuveiro, quanto mais de uma bomba pra poder irrigar! É muito difícil. O que me motiva a continuar aqui, plantando e trabalhando, é a força de vontade de ficar. Porque, se a gente pensar igual muitos outros pensam, a gente não tava mais aqui. O que pesa é que eu não tenho vontade de sair. (FERREIRA, entrevista individual, 2016)

Tal desafio e as dificuldades de subsistência por meio da agricultura familiar somam-se ao desemprego local, fazendo com que muitos jovens saiam da comunidade em busca de outras oportunidades. As poucas possibilidades de ocupação e renda se concentram na prática do garimpo ou na prestação de serviços a algumas empresas mineradoras estrangeiras que atuam com a extração de granito na região, empresas estas criticadas por alguns moradores por lucrarem com o bem natural, mas não darem um satisfatório retorno econômico ao município, tão pouco às comunidades rurais a ele pertencentes.

Nossa entrevistada se destaca por sua autonomia política. Como forma de enfrentar estes e outros desafios impostos aos moradores da citada comunidade, onde quase todos pertencem à mesma família, ajudou a fundar uma associação comunitária, na qual atuou como presidente por dez anos.

A gente conseguiu fazer alguns projetos, mostrando que a associação é capaz e que consegue fazer. Só não faz mais por falta de interesse e de gente pra correr atrás. Pelo menos eu, enquanto estava à frente, corri atrás e a gente conseguiu algumas coisas. (FERREIRA, entrevista individual, 2016)

Devido ao seu engajamento político foi convidada a fazer parte da diretoria do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais da região, e a se ver atuando, com o tempo, em movimentos sociais relativos aos direitos das mulheres, bem como, aos direitos de comunidades quilombolas.

Um dia, eu estava aqui em casa e recebi um convite pra participar do sindicato. Pediram, então, pra me chamar. Mas eu não sei por quê. Talvez, por algum trabalho que devem ter me visto fazendo. As pessoas só indicam, quando tem motivo, né? Antes de ser da diretoria, eu ia só de vez em quando às reuniões do sindicato e ficava sempre mais calada. Assumi como suplente de uma diretora que era responsável pela formação dos jovens e das mulheres. Foi por esse motivo que eu comecei a participar de fóruns, encontros e reuniões sobre esse e outros temas. Quando ela não ia, mandava eu ir, e comecei a tomar gosto. Eu participei de várias

plenárias, fui a várias reuniões relacionadas às mulheres. Participando, a gente vai pegando conhecimento! (FERREIRA, entrevista individual, 2016)

Entretanto, esta atuação nem sempre foi uma de suas principais características. A história de luta e participação social de nossa entrevistada tem uma íntima relação com o seu cotidiano de trabalho, principalmente após seu casamento. Depois que se casou, aos 17 anos de idade, seu marido começou a trabalhar fora, viajando para outros estados. Os afazeres domésticos, o cuidado como os filhos e a lida com a terra na pequena propriedade da família ficavam sob sua responsabilidade. A carga de atribuições – que em relação ao trabalho já vinham também desde a infância - e o isolamento do cotidiano no meio rural, fez com que se estabelecesse em sua vida um processo de depressão.

Teve um momento da minha vida que eu cheguei a ter depressão, e tive que tomar remédio de controle por pelo menos um ano. Nem sei por que fiquei nesse processo de depressão. Aquilo foi chegando, sem eu nem perceber. [...] Eu ficava muito sozinha e os meninos eram pequenos [...] Quando dava na época da plantação, eu plantava tudo sozinha. Quando ele chegava, já estava tudo limpo. Eu me preocupava muito com essas coisas. Tudo era eu. Tinha que fazer sozinha. Mesmo que, hoje, eu faça quase as mesmas coisas, naquela época, eu era muito nova, e, pra mim, era muito. Uma pessoa com seus 20 anos pra cuidar de tudo isso, sem ter experiência nenhuma, é muito difícil. (FERREIRA, entrevista individual, 2016)

A realidade de nossa entrevistada corrobora alguns estudos sobre mulheres rurais (AGUIAR, 2015; PAULILO, 2016) que apontam para vivências marcadas por processos de privação que perpassam por aquilo que os estudos feministas vão apontar como opressão de gênero que, atrelada à realidade territorial do meio rural, relega a estas mulheres vivências marcadas pela invisibilidade e silenciamento em um contexto patriarcal.

Na agricultura familiar o trabalho organiza a vida social em uma realidade que é difícil a separação entre unidade familiar e de produção (PAULILO, 2016). Neste contexto, alguns estudos demonstram como se dá o reconhecimento social das atividades realizadas por mulheres nas esferas produtivas e reprodutivas (PAULILO, 2016; AGUIAR, 2015; SILVA; PORTELLA, 2006; SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015; ABREU E LIMA, 2006; DARON, 2009).

Este trabalho é marcado por relações de poder e, diante de uma divisão sexual e social, há uma delimitação dos espaços ocupados por homens e mulheres o que tem impacto no reconhecimento das mulheres rurais enquanto trabalhadoras, no seu poder decisão e conseqüentemente, no exercício de sua autonomia. O trabalho produtivo normalmente é atribuído às atividades realizadas por homens - exercido nos espaços considerados públicos como a feira ou a roça -, e o trabalho reprodutivo, às mulheres - desempenhado no âmbito privado. Entretanto, as mulheres rurais estão presentes em ambos os espaços e exercendo

múltiplas tarefas, inclusive no campo da produção agrícola – tarefas nem sempre valorizadas, mas imprescindíveis para a reprodução deste arranjo produtivo -, vistas na maioria das vezes como “ajuda” ou “obrigação” e não como trabalho.

Na agricultura familiar estas relações de poder e delimitações de espaços são vivenciadas, muitas vezes, de modo naturalizado e legitimado por um sistema patriarcal (SILVA; PORTELLA, 2006; SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015).

Esta convencional dicotomia entre o público e o privado (OKIN, 2008; PATEMAN, 1993; BIROLI, 2016) está na raiz das críticas feministas que a vinculam às desigualdades hierárquicas de poder existentes na sociedade entre homens e mulheres. Para Susan Okin (2008) estas duas esferas não podem ser interpretadas separadamente, o espaço privado e doméstico invisibiliza injustiças, sendo preciso também problematizar a defesa de sua privacidade. Carole Pateman (1993) contesta esta dicotomia a partir da discussão sobre o patriarcado, o contrato sexual e o estabelecimento de processos de sujeição das mulheres no âmbito familiar, naturalizados, para pensarmos no impacto que têm nas estruturas políticas e sociais de nossa sociedade e problematizarmos as noções de liberdade, cidadania e participação política das mulheres. Para Flávia Biroli (2016) a divisão sexual do trabalho é a base em que se assentam as hierarquias de gênero, impactando nas possibilidades de participação política de mulheres e nas chances que possuem de expressar publicamente perspectivas, necessidades e interesses relacionados à sua posição social, bem como influenciar decisões que recaiam sobre suas vidas, comprometendo, conseqüentemente, a sua cidadania.

A incumbência pelo trabalho na esfera produtiva e reprodutiva nem sempre permitiu que nossa entrevistada pudesse adentrar no mundo público ou atuar em outros espaços para além de sua casa e seu quintal. A realidade de distâncias que permeia o âmbito rural é algo que também contribui na realidade de muitas mulheres do campo, impactando de forma significativa em suas vidas e no seu isolamento, distâncias estas não só entre as próprias casas, como também relacionadas à falta de acesso a serviços públicos e a dificuldade de acesso à informação.

Na época da depressão o médico falava pra mim: Você tem que sair e conhecer pessoas novas [...] você tem que pegar seus filhos e viajar. Eu falava: Sair como? Como é que eu ia sair daqui? Eu pensava: Viajar pra onde? Eu não tinha expediente de sair nem pra casa de mãe, que é aqui na comunidade. Fiquei três meses sem ir à casa dela. Eu só ficava quieta dentro de casa. Um dia, peguei e saí. (FERREIRA, entrevista individual, 2016).

O rompimento com as dificuldades de sair de casa a atuar em outros espaços para além do âmbito doméstico permitiu que nossa entrevistada pudesse participar mais ativamente da

associação de moradores de sua comunidade enquanto presidente e a partir daí, de outros espaços que sequer faziam parte de sua realidade, contribuindo ao início de um processo de autonomia, fortalecimento e reinvenção de sua história.

### **HISTÓRIAS INDIVIDUAIS QUE SE MOSTRAM COLETIVAS**

O fato das condições de vida de muitas mulheres rurais relegarem vivências marcadas por invisibilidade e silenciamento, faz com que não tenham sua voz ouvida, ocupando, portanto, um lugar de subalternidade no contexto patriarcal (SPIVAK, 2010).

Por mais diversas que sejam estas mulheres e, obviamente, suas trajetórias de vida, ao mesmo tempo, suas experiências congregam realidades comuns. Vivências individuais que se mostram coletivas, marcadas, por exemplo, pelo trabalho infantil, privação dos estudos, responsabilização desigual do trabalho doméstico, privação do direito a terra, sobrecarga de trabalho e sua desvalorização social, opressão intrafamiliar, violência doméstica vivenciada sem possibilidades de acesso às redes de proteção e serviços básicos de atendimento diante das características territoriais do meio rural que as distanciam do acesso à infraestrutura e aos diferentes serviços públicos, os desafios de retirar da produção o sustento familiar sem suporte em termos de políticas públicas, enfim, “lutas” cotidianas, constantes, silenciadas. (AMORIM, 2017; PAULILO, 2016; SILIPRANDI, 2015; JALIL, 2013; DARON, 2009).

Há diante destes contextos de vida, impedimentos de variadas ordens para que as mulheres rurais possam politizar suas necessidades e interesses, adentrar no mundo público para ecoar suas demandas ou atuar nos espaços da política institucional (PAULILO, 2016).

O uso de fontes orais permite o resgate de histórias que não aparecem na história oficial, normalmente produzida por homens. Neste caso, permite que as mulheres falem por si mesmas, criem uma nova história “usando suas próprias vozes e experiências”, contestando o que é “historicamente importante” no sentido de afirmar que a “vida cotidiana é história” (GLUCK, 1977<sup>4</sup> apud SALVATICI, 2005, p.30)

A partir do uso desta metodologia, segundo Gluck (1977) - citada por Salvatici (2005) - tornou-se possível a introdução de novas questões para investigação na história, como a vida cotidiana, experiências e atividades desempenhadas por mulheres comuns na

---

<sup>4</sup> *Frontiers: a Journal of Women Studies*, ensaio de abertura (1977).  
*Fortaleza*, v. 13, n. 25, jan-jun 2022



esfera doméstica, pelo fato de que a história oral incide no privado, nem sempre valorizado, nem sempre evidenciado.

O feminismo e os movimentos dele decorrentes tiveram um papel importante ao questionar padrões socioculturais naturalizados e pautados na invisibilidade da mulher (TELES,1993; PINTO, 2010). Pôde-se ter o entendimento de que as práticas sociais e culturais que constituem a memória de diferentes mulheres estão relacionadas com as relações de gênero existentes na sociedade, sendo um produto da história. Com isto, “o feminismo desenvolveu uma imensa interrogação sobre a vida das mulheres ‘obscuras’. Tornar visível, acumular dados, instituir lugares da memória foi uma das preocupações de uma história das mulheres...” (PERROT, 1989, p.17). Ser enfim, sujeita da sua história.

A história das mulheres “não apenas traz de volta à superfície parcelas da experiência histórica feminina, mas também contribui para focar os mecanismos de inclusão e exclusão que regem memórias públicas” (SALVATICI, 2005, p.36).

Assim, a história oral dentro do campo da história das mulheres permite que desafie o esquecimento público de histórias silenciadas e relegadas unicamente à esfera privada. “O esquecimento, sobretudo o coletivo, pode se transformar numa ‘arte’ política, capaz de legitimar determinadas formas de poder. E neste caso aqui, do poder patriarcal” (MATOS, 2017).

Assim, conforme argumenta Salvatici (2005, p.36) as pesquisas realizadas a partir da perspectiva de gênero evidenciam a necessidade de um discurso público que seja capaz de considerar e reconhecer as narrativas de mulheres e de diferentes sujeitos sociais como parte da história, sinalizando a necessidade de um “processo de democratização da memória”.

Desta forma, reafirma-se que regastar vidas femininas frequentemente silenciadas permite que nos atentemos para “possibilidades de transformações para que as opressões patriarcais não permaneçam”, por meio de práticas cotidianas que constroem formas de liberdade. “Se, por um lado, essa concepção de história pode sinalizar a inevitabilidade da dor [...] por outro, também sugere a possibilidade de movimentos de emancipação” (MATOS, 2017, p.22).

Desta forma, como afirma Matos (2017, p.22), podemos passar a encarar a história como um campo aberto de possibilidades, “cujo futuro – antes de ser o resultado previsível de um processo linear e irreversível”, no qual as mulheres ocupam um lugar subalterno e de invisibilidade, “[...] pode vir a ser reinventado”.



## **REINVENTANDO SUAS HISTÓRIAS POR MEIO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL – O ESTABELECIMENTO DE PROCESSOS DE EMPODERAMENTO**

Apesar das dificuldades que enfrentam na realidade do meio rural, são as lutas cotidianas e individuais de mulheres do campo que se constituem como motes para lutas coletivas.

Medeiros (2010) e Siliprandi (2015) apontam para o fato de que as estratégias de empoderamento das mulheres rurais para romper com as formas comuns de opressão e sujeição, em muitos casos, perpassam por experiências de auto organização, na criação de espaços de conversas e reflexões, no fortalecimento de laços de solidariedade e na tomada de posição - afinadas com debates feministas -, no que se refere a exigir participação nas decisões que afetam suas vidas na esfera pública, apostando na ação coletiva como estratégia de reinvenção de vida e das relações sociais, perante as situações de desigualdade e opressão a que são submetidas cotidianamente.

Nesse sentido, grupos socialmente organizados se mostram atuantes na realidade vivenciada por muitas mulheres do campo, aproximando-se das demandas que possuem no meio rural. Assim, a mobilização e a organização social se configuram como um importante espaço de apoio e socialização, contribuindo na formação e tomada de consciência acerca da realidade de opressões e limitações, vividas muitas vezes de forma naturalizada (MEDEIROS, 2010; AMEFA, 2009).

Depois que eu comecei a participar da associação, do sindicato e das reuniões dos movimentos sociais, muita coisa mudou na minha vida. Tive conhecimento de coisas que não sabia como fazer. Para ter uma ideia, antes (e não tem muito tempo), eu não sabia fazer uma ligação. Antes, eu não sabia nem ir a Itinga direito! Tudo que eu tinha que resolver, era preciso ter alguém comigo... Hoje, não. Hoje, eu vou a qualquer lugar. Já não preciso de companheiro. Eu não preciso de ninguém, eu sei ir sozinha. Acabou parece que um medo que eu tinha. Então, pra mim, mudou muita coisa! Hoje, eu me sinto bem avançada, nesse sentido. O que eu não tinha coragem de fazer, hoje, graças a Deus, eu faço. Se for preciso ir, eu vou. Se for preciso falar também, eu falo. (FERREIRA, entrevista individual, 2016).

Por meio da participação social e política, neste cenário, nossa entrevistada encontrou formas de romper com limitações e inseguranças que enfrentou ao longo da vida. Por meio de uma associação comunitária e principalmente do envolvimento com temas relacionados a mulheres dentro movimento sindical rural, encontrou caminhos abertos para a participação em outras esferas. Conforme a pesquisa realizada (AMORIM, 2017), constatou-se que a entrada de muitas mulheres do campo em Minas Gerais na esfera pública se dá por

diferentes formas, principalmente pelos movimentos de mulheres, que abrem caminhos para novas formas de participação em outros campos.

Céli Pinto (1992, p.134) nos leva a pensar os movimentos sociais como espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político, no sentido de que esta participação é modificadora das práticas e relações sociais, “envolve a entrada em uma rede de relações que pressupõe novos saberes, novas informações que, por sua vez, redefinem as relações de poder ao nível do privado” e as próprias relações ao nível público, ao romper com a sua condição de isolamento e invisibilidade.

[...] Quando eu falava alguma coisa, eu tremia e tremia muito! Hoje, não. Hoje, eu já falo. Mesmo que, às vezes, tenha muita gente, e eu ainda tropece em algumas coisas, já tenho aquela coragem de chegar e falar. [...] Acho que ganhei essa coragem de falar de ouvir as outras pessoas falando... Eu lembro que, uma vez, eu fui a uma reunião do Movimento do Graal e uma palestrante falou assim: Porque eu posso e você não pode? Quer dizer, a gente acha bonito o que os outros falam, mas a gente nunca tentou falar. Eu pensei: Realmente! Porque ela pode falar assim e eu também não posso? Vou começar a mudar, nesse sentido. (FERREIRA, entrevista individual, 2016)

Meu marido nunca me impediu, mas, às vezes, ele fala assim: Mas o que você vai caçar lá? O que você tá ganhando nisso? Eu respondo: O que eu tô ganhando tá ficando aqui dentro de mim! O conhecimento quem carrega é a gente! Mas ele não me impede de ir, só questiona algumas coisas. Eu acho que todo homem sempre tem isso de falar o que você vai fazer ou não quer ficar sozinho dentro de casa, eu não sei. Ele não dá aquele apoio que eu queria ter, mas também não me faz falar que eu não vou porque ele não deixa. Tem hora que eu saio e ele nem sabe se eu fui! (FERREIRA, entrevista individual, 2016)

Percebe-se que a participação no movimento sindical, associação comunitária e em movimentos sociais, permitiu que a entrevistada pudesse estabelecer processos de autonomia, sociabilidade e conhecimento, o que a levou a espaços que antes não faziam parte da sua realidade. Ela hoje participa de seminários, fóruns, conferências e reuniões de movimentos sociais, como o Movimento do Graal no Brasil<sup>5</sup>, que discutem os direitos das mulheres trabalhadoras rurais no estado de Minas Gerais. Participa também da COQUIVALE - Comissão das Comunidades Quilombolas do Médio Jequitinhonha, organizando encontros em defesa dos direitos das mulheres e jovens quilombolas. Destaca-se com um perfil de liderança em sua comunidade, e vem, mesmo que aos poucos, servindo de exemplo de engajamento e autonomia para outras meninas e demais mulheres.

Eu sempre participo desses encontros e, por vezes, já pensei que eu não contribuía muito na minha comunidade. Isso porque muita gente não dava e não dá ouvido ao

---

<sup>5</sup> O Movimento do Graal no Brasil, atuante em diferentes cidades, é uma das entidades que compõe a Articulação de Mulheres do Campo de Minas Gerais. O movimento é parte do Movimento do Graal Internacional, fundado em 1921, com o objetivo principal de buscar a construção de uma sociedade mais justa, com equidade de gênero e participação plena das mulheres em suas comunidades e no mundo. Ver página do movimento em <<http://omovimentodograalnobrasil.blogspot.com/p/nossa-historia.html>>. Acesso em mar. 2018.

que a gente fala. Mas, agora, eu vejo que algumas mulheres estão começando a gostar. Acho que, das pessoas daqui, eu sou quem mais participa! Porque tem muitas que não têm coragem de ir. O marido não deixa ou tem tudo mais que impede. Tem aquelas que não vão a nada e ninguém sabe o motivo. Alguma coisa deve tá acontecendo, e a gente não sabe. Mas, de pouquinho em pouquinho, a gente leva uma e outra pra participar, pra sair pra algum lugar. Algumas falam: Eu vim só porque você me convidou! Mas, pra gente, já é assim: Eu consegui mais uma! Aí, vai aumentando. É difícil, mas eu, graças a Deus, consegui. (FERREIRA, entrevista individual, 2016).

Nesse sentido, pode-se dizer que o fortalecimento individual é também o fortalecimento de outras mulheres. Além do envolvimento e participação em movimentos sociais, ressalta-se também como exemplo a busca pela formação educacional, que neste caso, foi concluída aos 40 anos no nível médio de ensino em uma Escola Família Agrícola (EFA).

Muita gente fala assim comigo: Você é livre demais! E eu digo: Mas eu nem cheguei ainda aonde eu quero chegar! Para eu ser livre, eu tenho que chegar ao ponto de falar assim: Hoje, eu vou! Eu saio, e nada nem ninguém vai me impedir! Ainda aparece uma coisa ou outra pra impedir um pouquinho... Mas, comparando com muitas mulheres, eu acho que já estou bem adiantada! Eu tinha muita vontade de estudar. Cheguei a me formar no ensino médio, no ano passado, na Escola Família Agrícola Bontempo, que fica em Itaobim, há 34km de Itinga. Isso pra mim é um orgulho! Porque eu achava que não conseguiria. Pensei, muitas vezes, em desistir. (FERREIRA, entrevista individual, 2016).

O estabelecimento destes processos de autonomia pode estar relacionado ao entendimento da ação coletiva enquanto uma estratégia de busca por empoderamento, que desconstrói o fato da tradicional inexistência de acesso das mulheres do campo às esferas públicas, e das ordens morais de gênero que as impõe restrições ao ir e vir, repreensões em argumentar, intervir, discordar, e se posicionar (CORDEIRO, 2006). Percebe-se que muitas das limitações encontradas atualmente pelas mulheres do campo no que se refere à participação social ainda perpassam pelas suas condições de vida, pela desvalorização histórica das atividades que desempenham e o seu não reconhecimento enquanto sujeito no âmbito da família, dos sindicatos, das comunidades e em outros espaços públicos e privados (AMORIM, 2017).

Entretanto, apesar das dificuldades limitadoras, é possível constatar experiências de resistência não só no estado de Minas Gerais - como nos mostram as diferentes trabalhadoras rurais envolvidas nos movimentos que compõem a Articulação de Mulheres do Campo de Minas Gerais, por exemplo (AMORIM, 2017) – assim como em muitas outras localidades brasileiras, em que as mulheres reinventam suas histórias no ato de juntar-se e agregar-se em diferentes formas organizativas. Tais mulheres são fortalecidas pelos processos de auto organização, reafirmando-se enquanto sujeitos políticos, desafiando padrões sociais, a

desigualdade vivenciada, sendo protagonistas de mudanças no âmbito das relações sociais e em relações mais amplas (SILIPRANDI, 2015).

A partir de alguns estudos e pesquisas sobre a trajetória de diferentes movimentos de mulheres rurais no Brasil (PAULILO, 2016; CISNE, 2015; AGUIAR, 2015; BORDALO, 2006; MAGALHÃES, 2008; SILVA, 2008; SILIPRANDI, 2015; SALES, 2007; JALIL, 2013; ABREU e LIMA, 2006; HEREDIA; CINTRÃO, 2006), é possível dizer que por diferentes formas de mobilização, os movimentos têm se configurado enquanto espaços de emergência de práticas de resistência por parte das mulheres rurais e tematização crescente de questões importantes diante de suas especificidades de vida, numa busca por democratização social.

A ampliação da organização coletiva de mulheres rurais ao longo dos últimos anos em diferentes municípios e estados, de suas bandeiras de luta<sup>6</sup> e repertórios de ação, permitiu que se tornassem protagonistas de mudanças importantes no campo brasileiro, conquistando, inclusive via espaços institucionais, um gradual reconhecimento enquanto sujeitos de direitos por parte do Estado em termos de políticas públicas (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015).

A Marcha das Margaridas é um exemplo claro da capacidade mobilizatória de diferentes movimentos e grupos organizados de mulheres rurais no Brasil (SILVA, 2008; AGUIAR, 2015, 2016). Ressalta-se, ainda, a ampliação da participação de segmentos organizados de mulheres do campo em conselhos nacionais, fóruns e conferências de políticas públicas referentes às políticas para mulheres, desenvolvimento rural e agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural, segurança alimentar e nutricional, por exemplo, com o foco na construção, em interlocução com representantes governamentais, de estratégias de ação para elaboração de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero no meio rural, a promoção de seus direitos e o reconhecimento de sua cidadania.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

<sup>6</sup> As principais questões demandadas perpassam não apenas por reivindicações trabalhistas e sociais no âmbito público e na produção familiar, como também por pontos como a ampliação de programas que possam potencializar a autonomia econômica das mulheres, o fortalecimento da agricultura familiar e o acesso efetivo a créditos, políticas voltadas à garantia de documentação civil, à captação e armazenamento de água, às práticas agroecológicas, à preservação da biodiversidade, à democratização de recursos naturais, à participação das mulheres rurais em espaços de participação política, capacitação de profissionais de equipes de saúde da família que atuam nas áreas rurais, enfrentamento da violência contra as mulheres, dentre tantas outras questões referentes às suas especificidades de vida. Para mais informações sobre pautas e demandas ver site “Transformatório das Margaridas”, disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br>>.

As principais questões demandadas por mulheres do campo ao longo dos últimos anos perpassam essencialmente pela busca de novas percepções acerca de seus lugares enquanto atrizes sociais e políticas.

Observa-se que no âmbito rural, apresenta-se ainda a permanência naturalizada da divisão sexual do trabalho e de lugares de poder socialmente atribuídos a homens e mulheres, a desvalorização histórica de atividades desempenhadas por trabalhadoras rurais, dificuldades relacionadas ao acesso a serviços e equipamentos públicos, e a convivência cotidiana com violências invisibilizadas e silenciadas. Nesse sentido, muitas mulheres do campo vivenciam cotidianamente diferentes situações de desigualdade e opressões.

Experiências de auto organização de mulheres rurais em grupos, em movimentos sociais ou sindicais, vêm permitindo que percebam que o seu fortalecimento é também o fortalecimento de outras mulheres e um passo importante na construção de sua autonomia e alcance de direitos. Por meio destes espaços, em diferentes formas organizativas, experiências de mulheres rurais demonstram como alcançam consciência de suas condições de vida, refazem seu presente e encontram possibilidades para mudar suas realidades.

Ao longo dos últimos anos a ação de mulheres rurais enquanto sujeitos coletivos, em diferentes movimentos e grupos organizados, deu-se no sentido de questionar as estruturas das quais se viam constantemente excluídas e desafiar padrões impostos no âmbito público e privado. Experiências concretas de participação das mulheres do campo nestes espaços os evidenciam como “estratégias” para uma busca de processos de empoderamento, meios de novas perspectivas de valorização, fortalecimento e formação, abrindo possibilidades para tomadas de consciência perante as diferentes situações de desigualdade enfrentadas cotidianamente no meio rural, contribuindo para que mulheres se tornem protagonistas de suas vidas e de reinvenções de práticas e relações sociais.

O enfoque nestas experiências individuais e histórias de vida, que se mostram por outra perspectiva, coletivas, permite com que tais narrativas passem a se tornar parte da história, rompendo com o esquecimento público ao focar as variadas práticas sociais e formas de atuação que constituem histórias de luta de muitas outras mulheres rurais, não só no sentido de evidenciar as inúmeras dificuldades normalmente silenciadas socialmente, mas acima de tudo, de ressaltar manifestações cotidianas de protagonismo, resistência e emancipação. As experiências de nossa entrevistada são memórias vivas, passíveis de serem ecoadas e de facilitar novas experiências de fortalecimento. Aliás, é este o seu principal intuito, motivar outras mulheres para o descobrimento das possibilidades decorrentes das

experiências de participação e engajamento na construção e exercício de uma autonomia individual e política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. As mulheres no sindicalismo rural. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**/ Parry Scott, Rosineide Cordeiro (org.) prefácio Andrea Butto. – Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2006.

AGUIAR, Vilenia V.P. **Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2015.

\_\_\_\_\_. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade* - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial – 2016.

AMEFA. Associação Mineira das Escolas Família Agrícola. **E a mulherada falou!**/ Núcleo de Gênero da AMEFA. (prod.), Manuela de Sousa Magalhães (redação); Catarina Moura e Laura Guerra (design).- Belo Horizonte: O lutador, 2009 80p.

AMORIM, Marina (org.). **Mulheres do Campo de Minas Gerais: trajetórias de vida, de luta e de trabalho com a terra**. 1. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2017. 348p.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, 2016.

BORDALO, Caroline A. Sindicatos rurais e movimentos sociais: duas tradições na luta pela representação política das trabalhadoras rurais. Simpósio Lutas Sociais na América Latina (Anais). UEL, Londrina, 2006.

CISNE, Mirla. Feminismo e liberdade no campo: a importância da organização política para as mulheres rurais. In: **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Prêmio Margarida Alves. 4ª edição. Mulheres e Agroecologia. Karla Hora, Marcela Rezende, Gustavo Macedo (org). Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Brasília, 2015. p. 111-130

CORDEIRO, Rosineide de L.M. Empoderamento e mudança nas relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**/ Parry Scott, Rosineide Cordeiro (org.) prefácio Andrea Butto. – Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2006.

DARON, Vanderléia L. P. **Um grito lilás: cartografia da violência às mulheres do campo e da floresta**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009.

HEREDIA, Beatriz M. A. de; CRINTRÃO, Rosângela P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **REVISTA NERA – ANO 9, N. 8 – janeiro/junho DE 2006**

JALIL, Laeticia M. **As flores e os frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais**. (Tese) Doutorado em Ciências



Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

MATOS, Marlise. Apresentação. In: AMORIM, Marina (org.). **Mulheres do Campo de Minas Gerais: trajetórias de vida, de luta e de trabalho com a terra**. 1. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2017. 348p.

MAGALHÃES, Manuela de Sousa. **Trajetórias em movimentos: a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais**. 2008. 202p. Dissertação. (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

MEDEIROS, Rejane. O combate à violência a partir da auto-organização das mulheres e da agroecologia. In: ACTION AID. **Mulheres e agroecologia: sistematizações de experiências de mulheres agricultoras**. Volume 1. ActionAid Brasil e GT Mulheres da ANA (org). Rio de Janeiro, 2010.

OKIN, Susan M. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 305-332, mai-ago, 2008.

PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual – Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quadro décadas de diálogo/ Maria Ignez Paulilo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Rev. Bras. de Hist.** v.9, n.18, ago-set, p.09-18. São Paulo, 1989.

PINTO, Céli R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: **Uma questão de gênero/ Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.**

SALES, Celecina de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007

SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**. v. 8, n.1, p.29-42, jun-jul, 2005.

SCOTT, Joan. História das mulheres e política. In: BURKE, Peter. (org) **A escrita da história**. SP: UNESP, 1992.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas./ Emma Siliprandi. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352 p.**

\_\_\_\_\_.; CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: **Políticas públicas de desenvolvimento**



**rural no Brasil** / Catia Grisa e Sergio Schneider (org). – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

SILVA, Berenice G. **A Marcha das Margaridas**: resistências e permanências. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Carmen.; PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais do Nordeste brasileiro. In: **Agricultura familiar e gênero** : práticas, movimentos e políticas públicas. Scott, Parry; Cordeiro, Rosineide. (orgs) Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. Ed. Brasiliense, 1993.